

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.605.592 - MG (2016/0148169-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : ENERTRADE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADOS : LUÍS MARCELO INTROCASO CAPANEMA BARBOSA E
OUTRO(S) - MG055135
MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES - SP146961
SÉRGIO INTROCASO CAPANEMA BARBOSA - MG063639
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : DIRCE EUZEBIA DE ANDRADE PEREIRA E OUTRO(S) -
MG046519

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ENERTRADE COMERCIALIZADORA DE ENERGIA com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (fl. 159):

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO AGRAVADA – AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – NULIDADE ABSOLUTA – MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

1. Não pode o magistrado simplesmente indeferir a pretensão, porquanto é imprescindível que haja justificativa fundada nos elementos dos autos, de modo a viabilizar ao litigante o conhecimento do posicionamento do julgador, permitindo-lhe o direito de se irresignar contra a decisão.
2. Negar provimento ao recurso.

Embargos de declaração rejeitados à fl. 184.

O recorrente alega violação dos artigos 522, 525, I e II, 527, I, 535 e 557, todos do CPC/1973, ao argumento de que "ainda que se esteja diante de matéria de ordem pública, é imprescindível que o recurso preencha os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade para o seu julgamento." (fl. 205).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 272/273.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões

Superior Tribunal de Justiça

relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No caso dos autos, a Corte de origem assim se manifestou no acórdão integrado, às fls. 161-162:

Nessa senda, esclarece-se inicialmente que a decisão de primeiro grau foi cassada por ausência de fundamentação, matéria essa de ordem pública (art. 93, IX, CF/88 c/c art. 165 do CPC), portanto, passível de conhecimento de ofício pelo magistrado, razão pela qual, ainda que se reconhecesse a intempestividade do recurso anterior, em nada alteraria o seu resultado.

Desnecessário, portanto, qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem, pelo que se afasta a ofensa ao artigo 535 do CPC/1973.

Quanto a apontada violação ao art. 525, I e II, evidencia-se que este artigo não contém comando normativo capaz de infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

O recorrente, ao indicar ofensa aos artigos 522, 527, I, e 557, do CPC/73 e direcionar a sua tese no sentido de que a matéria de ordem pública não pode se sobrepor às regras processuais referentes à presença dos requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade do recurso, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual **"a decisão de primeiro grau foi cassada (...) de ofício pelo magistrado"** (fl. 162).

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide ao caso a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso especial **e, nessa extensão, nego-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator